

ACTA N.º 7
MANDATO 2009/2013

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma reunião da Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

1. Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança – Mandato Autárquico 2009/2013; -----
2. “Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa”, com a participação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; -----
3. Intervenção do público; -----
4. Período antes da ordem do dia; -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2010-04-19; -----
2. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: ---
 - 2.1. Constituição do Conselho Municipal de Educação – Mandato Autárquico 2009/2013; -----
 - 2.2. 1ª Revisão do Orçamento e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano; --
3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes *trinta e dois* elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar e os Senhores Vereadores Maria da Trindade Morgado Vale, Arnaldo Pinto Soares, José Afonso Teixeira Lobão, José Pedro Paupério Martins Panzina e João Ruas Moreira. -----
Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal, Albino da Silva Martins Poças, Alexandre Manuel Silva Teixeira, António Marques Oliveira, Maria Fernanda Marques Pereira, tendo sido substituídos, respectivamente, por Daniel Torres Gonçalves, José Brandão Pereira, Ivo Vale das Neves e José Manuel Pereira. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

De seguida foi dada a Posse do Conselho Municipal de Segurança – Mandato Autárquico 2009/2013. (**Ponto 1**) -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Dr. Manuel Albano. (**Ponto 2**) -----

O **Senhor Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Dr. Manuel Albano**, começou por dizer que a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género celebra, este ano, o Ano Europeu Contra a Exclusão Social. -----

Disse de seguida que a missão da Comissão é garantir a execução das políticas públicas, no âmbito da Cidadania e da promoção e defesa da Igualdade de Género. -----

Seguidamente fez uma apresentação das acções desenvolvidas pela Comissão. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** convidou a usar da palavra os Senhores Deputados que pretendessem fazer alguma intervenção no âmbito da Igualdade de Género. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PS Maria Cândida de Sousa Moreira Bessa** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.1**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** começou por saudar a iniciativa, cujo tema deve preocupar todos os que trabalham por uma sociedade mais justa. -----

Disse de seguida que o BE, no mandato anterior, apresentou uma Moção sobre a Violência Doméstica, tendo posteriormente o Executivo criado um Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica. -----

Continuou dizendo que a violência doméstica é essencialmente violência de género, os números mostram que a pobreza e o desemprego afectam em maior número as mulheres, pois são um grupo de risco mais vulnerável à pobreza. -----

Informou de seguida que no Distrito do Porto em 2008 foram registados 2109 crimes, dos quais 1200 dizem respeito a maus tratos físicos e psíquicos, das mais variadas formas e mais de 58% de vitimização tem a ver com o tema. ---

Muitas vezes fica-se com a ideia de que a insegurança, sobretudo os assaltos (um tema que nos deve preocupar), e que muitos consideram o grande problema da sociedade, mas que não corresponde à verdade, pois 58% têm a ver com crimes físicos e violência doméstica -----

Apelou para que não se constituam só gabinetes, mas que se faça uma envolvência da população, nomeadamente das associações e demais forças vivas do Concelho com sessões de esclarecimento e dessa forma continuar a trabalhar para uma sociedade mais justa. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Torres Gonçalves** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.2**. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** concedeu a palavra aos Múncipes que pretendessem colocar alguma questão e que se tivessem inscrito -----

O **Múncipe Senhor Celestino Neves** disse que existe um défice de informação na página da internet da Assembleia e da Câmara Municipal. -----

Disse de seguida que teve alguma dificuldade em saber qual a Ordem de Trabalhos e a hora da reunião da Assembleia Municipal pois não teve acesso ao Edital. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** informou que existiu um problema na comunicação relativamente à publicitação da reunião da Assembleia Municipal devido a problemas informáticos mas que já se encontram resolvidos. -----

Disse de seguida que se está a alterar a estrutura da página na Internet da Assembleia Municipal no sentido de ser mais fácil aceder à mesma, bem como a gestão de conteúdos passar a ser feita directamente pela Assembleia Municipal. -----

Assim, espera que a breve prazo se apresente uma comunicação mais célere e simples, de forma a proporcionar aos Municípios maior facilidade em obter informação. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que através da criação de um ramo no Site da Câmara, a página da Assembleia Municipal fica a ser gerida autonomamente, pela mesma. -----

Quanto ao facto, do Edital não estar disponível, atempadamente, na página da Assembleia Municipal foi devido a um problema de acesso à internet nas instalações da Assembleia Municipal, em Ermesinde. Informou ainda que o Edital já se encontra disponível no site da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** fez a leitura de um **Ofício** entregue à Mesa pela Comissão Municipal sobre o Funcionamento do Contrato de Concessão no Município de Valongo que se anexa à presente acta como **Doc.3**. -----

De seguida deu a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir no **Período Antes da Ordem do Dia**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse ter conhecimento, que a Câmara Municipal está a atravessar dificuldades, e pretendia saber qual a real situação ou seja se se está perante um desequilíbrio estrutural, ou perante um desequilíbrio conjuntural. -----

Têm ainda conhecimento que está a decorrer uma auditoria externa, assim pretende saber para quando o resultado dessa auditoria. -----

Disse de seguida que a Assembleia Municipal aprovou uma Recomendação no sentido do Público, através do site oficial, ter informação sobre a execução do Plano, bem como um conjunto vasto de informações e em que todas as reuniões de Câmara fossem públicas “gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente a essa Recomendação”. -----

Segundo ponto: Sobre a Carta Administrativa Oficial de Portugal. Tem sido pública a polémica à volta dos limites inter-freguesias deste concelho -----

Disse que considera o processo um pouco estranho, pois o processo de revisão do PDM do concelho de Valongo decorre desde o ano 2000. -----

Informou que existe uma Resolução do Conselho de Ministros, nº 128/99, que obriga, o Instituto Geográfico Português a fornecer, anualmente à DGAL –

Direcção Geral da Administração Local, as áreas das Freguesias e dos Municípios, para o cálculo das verbas do Fundo Geral Municipal que são transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

E continuou, dizendo que as alterações na CAOP só podem ser feitas com a concordância de todas as Autarquias envolvidas. Assim gostaria de saber o que se passa com a CAOP; se existe algum pedido de alteração dos limites administrativos e, se sim como está a ser envolvida a população, pois trata-se de uma matéria muito complicada, para não dizer polémica. -----

Terceiro ponto: Área de Paisagem Protegida Local; sabe e é público, que decorreu um processo de consulta pública, gostaria de saber se há resultados, e para quando a Proposta de Regulamento específico da Área. --- Para finalizar fez a leitura de uma Recomendação que se anexa à presente acta como **Doc.4.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** fez a leitura de um documento anexo à presente acta como **Doc.5.** -----

De seguida fez ainda a leitura de um **Apelo** que se anexa à presente acta como **Doc.6.** -----

Por último, entregou à Mesa uma **Recomendação** que se anexa à presente acta como **Doc.7,** e um **Voto de Pesar** que se anexa à presente acta como **Doc.8.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como **Doc.9.** -----

De seguida apelou à Câmara Municipal, e nomeadamente ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Segurança, a visitarem a Escola EB 2.3 de Valongo, a fim de se exigir aos Órgãos competentes a necessária intervenção, em conformidade, na Escola em questão -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal Coragem de Mudar Vera Borges Lopes** começou por dizer que acha bem que a Câmara Municipal tenha bastantes actividades culturais e que se faça a sua divulgação, mas a correspondência deveria ser enviada por e-mail. -----

Provavelmente, devido a alguns cargos que exerce, chega a receber de duas até cinco cartas por cada evento. Sugeriu que a Câmara Municipal actualizasse a base de dados para evitar que a mesma pessoa receba mais do que uma carta para cada evento -----

Relativamente à situação da Escola EB 2.3 de Valongo disse que não é única, pois a EB 2.3 de São Lourenço, em Ermesinde, também se encontra em mau estado, e tal situação deveria ser também considerada. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo, Membro do Grupo Municipal do PS, Alfredo da Costa Sousa,** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como **Doc.10.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** começou por dizer que, no passado dia 14 de Dezembro, em Assembleia Municipal, solicitou justificação sobre adjudicações, ajustes

directos, as quais lhe foram enviadas pela Câmara Municipal, mas em virtude de as ter perdido solicitava uma segunda via da resposta enviada pela Câmara. -----

Relativamente à intervenção do Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Ribeiro no âmbito dos parquímetros, (a que ele chama de *parcómetros*), fez-se a concessão de serviços a privados, e “nesta negociata existe muita gente com lucros”. -----

Continuou dizendo que o Deputado da CDU se esqueceu de dizer que a concessão dos parquímetros, (*a que chama parcómetros e que gosta de dizer estaciómetros*), deveu-se única e exclusivamente à própria CDU, que com o Voto de Qualidade da então Presidente da Assembleia Municipal, permitiu que hoje estejamos perante uma estratégia da concessão no âmbito do estacionamento, que a todos é reconhecido mas que só à CDU se pode culpar. -----

De seguida fez a leitura um Protesto que se anexa à presente acta como **Doc.11**. -----

O Senhor **Pres.da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** começou por dizer que relativamente ao teor do Protesto apresentado (**Doc 11**) o assunto foi discutido em Conferência de Representantes e, por unanimidade, foi decidido que a constituição da Comissão seria feita por Membros Eleitos, e daí o Deputado José Manuel Pereira ter sido impedido de tomar posse. -----

Disse de seguida que se o Protesto fosse apresentado em nome pessoal, não faria qualquer comentário, mas em nome da Coragem de Mudar, quando o seu representante esteve presente na Conferência de Representantes e não se opôs ao decidido, não poderia deixar de comentar. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** disse que o assunto não só foi discutido em Conferência de Representantes, como cabe à Mesa decidir e interpretar o Regimento. -----

Assim, a Mesa não concebe que tenha havido alguma ilegalidade, o artigo 71º dá essa competência à Mesa, e a Mesa da Assembleia, numa Conferência de Representantes, entendeu que a interpretação era a que foi tomada, bem como a decisão em causa é absolutamente legal. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** informou que o Membro Eliseu Lopes que assumiu as funções de Membro da Comissão foi com toda a legalidade, pois nessa altura ele tinha pedido a *suspensão* de Mandato. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que houve essa combinação em Conferência de Representantes, em que seriam só Membros efectivos. -----

Informou que para designar o nome de quem faria parte da Comissão nunca mais se lembrou do combinado e, a escolha do Grupo Municipal Coragem de Mudar recaiu sobre o elemento José Manuel Pereira. -----

Na reunião em que ele se apresentou, levantou-se a questão de que não poderia fazer parte da Comissão, por não ser Membro Efectivo da AM. -----

Na reunião seguinte e acompanhado do elemento José Manuel Pereira, deu a sua opinião, “de que preferia a argumentação em que qualquer Elemento escolhido por um Grupo Municipal podia fazer parte da Comissão”.A maioria da Comissão não concordou com isso, e ele aceitou a decisão tomada. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** reiterou que foi decidido na reunião, por unanimidade, “que não poderiam fazer parte elementos não Efectivos”. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João Loureiro de Castro Neves** disse que isso foi o combinado na Conferência de Representantes, mas que ele se esqueceu e, por lapso, não por provocação, indicou o nome do Elemento José Manuel Pereira. -----

Disse de seguida que explicou a sua posição e, não obtendo a concordância aceitou a posição tomada pela Comissão. -----

O seu colega José Manuel Pereira entendeu apresentar um Protesto e ele não controla os Protestos que os Membros da CM resolvam apresentar, bem como os termos em que o fazem. -----

Assim, quando no Protesto foi mencionada “Coragem de Mudar”, não se trata do Grupo Coragem de Mudar mas sim de um Protesto pessoal. -----

Terminou, desejando que ficasse claro “que se tratou de um Protesto pessoal, do membro José Manuel Pereira, que falou em nome próprio, e não um Protesto do Grupo Municipal Coragem de Mudar”. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer que lhe parece que o Deputado José Manuel Pereira é possuidor de algumas confusões, e que ia intervir no sentido de o esclarecer. Em primeiro, gostava que o Deputado José Manuel Pereira soubesse que o contrato de concessão, entre a Câmara de Valongo e a Empresa em questão, foi elaborado em 2003. -----

Segundo, aquilo que disse foi que “posteriormente o contrato foi renegociado, para recompensar a Câmara”.Em 2003 a CDU votou contra os parquímetros, e contra a concessão. -----

Posteriormente o contrato foi renegociado com *um voto de má qualidade, porque a CDU esteve contra a renegociação*, portanto quando o Deputado José Manuel Pereira diz que foi graças à CDU não corresponde à verdade. --

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Torres Gonçalves** começou por dizer que o Deputado Diomar Santos protagonizou uma situação infeliz, aquando da sua intervenção, da qual não se apercebeu no momento, e estava na esperança que até ao final do Período Antes da Ordem do Dia ele interviesse. -----

Disse de seguida que aguarda um pedido de desculpas, formal e público, por parte do Deputado Diomar Santos, porque a situação e a dignidade que o Órgão e todos merecem, assim o exige. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, começou por dizer que noutra altura, provavelmente falarão da burqa e do véu. -----

Disse de seguida que “o Deputado Daniel Gonçalves ficou muito ofendido, com o seu aparte mas, em seu entender, a posição emitida parece de Extrema-direita e ele lutará por todos os meios que não se façam proibições, como sucedeu em Espanha relativamente à burqa e ao véu, e foi nesse sentido que ele fez um aparte”. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PSD Daniel Torres Gonçalves** disse que antes do Deputado Diomar Santos começar a insultar as pessoas, como o fez a ele, deveria ouvir a sua opinião. Por isso continua a aguardar um pedido de desculpas, ou irá proceder aos trâmites legais que se exigem. -----

De seguida e para melhor esclarecimento, leu a sua intervenção relativamente à burqa, onde diz: -----

«O Estado não pode pretender intervir em todas as vertentes da nossa comunidade. Não será por intervenção da lei (por mera publicação de diplomas) que os problemas se resolverão... -----

... No mesmo sentido, não concordo com a proibição da utilização da burqa. - Esta discussão não chegou até nós mas deveremos vir a enfrentar o problema. A utilização da burqa por parte da mulher islâmica constitui um símbolo da sua subjugação ao homem, e do seu papel de inferioridade na comunidade. Existem, pelo menos, dois fortes argumentos para banir a utilização da burqa – o secularismo e a igualdade de género. Quanto a este ponto (igualdade de género), o Estado deve procurar formas alternativas de combater a discriminação, como o vem fazendo. -----

Quanto ao secularismo, não podemos esquecer que a nossa sociedade é movida por princípios como a liberdade e a tolerância, e são estes que deverão prevalecer. Ao mesmo tempo haverá mulheres a utilizar a burqa por opção própria. Bem sabemos, que esta opção será condicionada por uma educação tendenciosa, que as fará assumir a sua inferioridade e, logo, a necessidade de utilização da referida burqa. Porém, esta situação combate-se com base na educação, e não da repressão. -----

Haverá situações em que a utilização da indumentária em questão deve ser proibida – nomeadamente nos serviços públicos – na Educação e na Justiça, por exemplo. Mas, generalizar a proibição é materializar uma discriminação que não deve ter lugar no nosso país.» -----

Disse ainda que quando aborda os temas não tem problema de assumir os argumentos contra a sua posição. -----

Terminou dizendo que continua a aguardar um pedido de desculpas por parte do Deputado Diomar Santos. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** começou por dizer que além do confronto com os Membros das outras Bancadas presentes, tem que se confrontar com o Membro do Grupo Municipal Coragem de Mudar, Castro Neves. -----

Disse de seguida que em relação ao seu Protesto, é pessoal e individual, e é “contra a constituição da Comissão com base no que diz o Regimento da

Assembleia Municipal de Valongo”. -----
Não lhe diz respeito se a Mesa deu outra interpretação mas tem o direito de fazer a sua própria interpretação e elaborar o Protesto que foi apresentado à Mesa. -----

Em relação à questão do Deputado do BE António Monteiro referiu, que a situação foi legal, que se tratou de uma suspensão, o que é colocado no seu protesto não é questão de suspensão, é a questão de substituição. -----

O que foi colocado é que *são Deputados Efectivos e não substitutos*, por isso “do BE foi nomeado um Deputado que foi substituir alguém”. -----

Disse, ainda, que em relação ao Deputado da CDU Adriano Ribeiro, “confirmando e é impossível haver confusão na minha cabeça que, foi graças à CDU que a concessão dos parquímetros - que uns chamam parcómetros, e que ele gosta de chamar estaciómetros - foi efectuada, através do Voto de Qualidade da Presidente da Assembleia Municipal e que hoje se reconhece que é uma gestão ruínosa. Não há qualquer confusão da sua parte”. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** disse que o Deputado Diomar Santos, sentado junto do Deputado do BE, da forma como falou, ela ouviu bem (embora mais à frente) e, nesse sentido acha que deve um pedido de desculpas público ao Deputado Daniel Gonçalves. -----

E porque todas as mães são respeitáveis e devem ser respeitadas, o Deputado Diomar Santos não devia desrespeitar a mãe do Deputado Daniel Gonçalves. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** em resposta ao Deputado José Manuel Pereira disse que “não o tem como mentiroso, mas que está a mentir”. -----

Quanto à expressão que “a anterior Presidente da Assembleia Municipal foi quem viabilizou a concessão dos parquímetros” lembrou que o contrato foi estabelecido em 2003. A CDU teve durante cerca de um ano e tal, **após as eleições de 2005**, uma Presidente da Assembleia Municipal a quem retirou a confiança política. Dizem que o voto de má qualidade foi dela, porque ela viabilizou a *renegociação* do contrato, em 2006 ou 2007”. -----

Portanto, “o Deputado José Manuel Pereira não sabe o que está a dizer, e está a mentir, e se tiver documentos a comprovar o que disse, ele terá que aceitar, mas faculta-lhe os documentos a dizer o contrário”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** informou que as Escolas dependentes da Câmara Municipal são as do Primeiro Ciclo e destas, grande parte são novas, e as outras foram todas requalificadas, portanto estão todas em bom estado. -----

As Escolas que estão em mau estado são as EB 2.3, quer a de Valongo quer a de Ermesinde, mas que são dependentes, exclusivamente do Estado, portanto, do Governo. -----

Relativamente à questão dos parquímetros, o assunto foi discutido na Câmara, agendado a pedido do Vereador Pedro Panzina, e ele limitou-se a

inscrevê-lo na Ordem do Dia, como lhe competia. -----
O seu sentido de voto respeitou o Parecer da Assembleia Municipal que tinha nomeado uma Comissão, que vai estudar o assunto e, portanto, entende que isso já era suficiente. Como tal não se pronuncia mais sobre o assunto. -----
Quanto ao problema levantado pelo Deputado José Manuel Ribeiro, em relação aos Concelhos com áreas protegidas, informou que foram a Coimbra a uma reunião com a Secretária de Estado do Ambiente; conversaram e trataram de algumas situações. Este assunto ainda está em estudo a nível Nacional. O processo no que respeita à Câmara estará pronto para ser levado à Assembleia Municipal, talvez já na próxima sessão. -----
O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente aos limites inter-freguesias é uma questão que deve ser tratada com todo o cuidado, tendo a noção da sua importância, bem como a noção da sensibilidade que é necessário ter. -----
A posição da Câmara Municipal relativamente ao assunto, é uma posição de esclarecimento sobre os processos; de facultar os Serviços que permitam ajudar as Juntas de Freguesia ou as Assembleias de Freguesia, a melhor poderem pronunciar-se sobre o assunto. -----
Disse de seguida que existem essencialmente duas questões: -----
A primeira, tem a ver com a influência da área na verba que é transferida do Orçamento Geral do Estado para as Freguesias, em que a área da Freguesia é uma das variáveis, ou seja, associar percentagens de variação da área directamente a percentagens de variação da transferência financeira é um erro, porque não é uma ligação absolutamente proporcional. -----
A segunda e, tanto quanto lhe foi explicado a primeira versão da CAOP foi publicada em 99, baseada num Atlas Ambiental. Em 2001 foi feita uma nova versão, já com as plantas cartográficas do Instituto Geográfico do Exército, e Instituto Nacional de Estatística. -----
Disse ainda que desde a altura em que foram publicadas essas cartas são as que vigoram até hoje e, ao serem tornadas públicas criam a oportunidade de haver processos de alteração pontual. -----
Tem conhecimento que houve dois processos de alteração pontual; um com a fronteira entre Campo e Recarei, e um outro entre Valongo e Gondomar que tem a ver com o conhecido Alto de Ramalho. -----
Assim a CAOP tal e qual existe hoje está em vigor desde 2001. -----
Relevou a posição da Câmara Municipal em disponibilizar os Serviços Técnicos no que diz respeito à parte da Cartografia, e funcionar como um agente que permita às Juntas e às Assembleias de Freguesia, dirimir as dúvidas que eventualmente possam existir. -----
Sobre este assunto e para finalizar reiterou que a Câmara Municipal está disponível para ceder os Serviços Técnicos para esclarecimentos, produção de mapas, promover o necessário diálogo entre as freguesias para se obter uma situação consensual que permita ratificar ou rectificar a actual CAOP. ---
Quanto à questão da Deputada Vera Lopes relativamente à base de dados, é

um assunto pertinente, mas não só na questão da base de dados. -----
Relativamente à questão dos cargos é um método que vão a continuar a utilizar, porque hoje é a Deputada Vera Lopes, amanhã pode ser uma outra pessoa a ocupar o cargo, e têm a obrigação de comunicar para a Instituição, independentemente da pessoa que ocupa o cargo. -----
Informou que estão a refazer a base de dados com o objectivo de a partir do início do próximo ano começarem a enviar cerca 90% dos convites por e-mail. -----
O Senhor **Vereador Arnaldo Pinto Soares** informou que relativamente à situação financeira da Câmara Municipal a principal dificuldade é na dívida a curto prazo. -----
Disse de seguida que há uma justificação. Existe um forte investimento, nas Escolas, na Via Distribuidora, em vias e arruamentos, no complexo desportivo da Outrela, e muitos outros que justificam a dívida de curto prazo, para além da mudança da conjuntura socioeconómica nacional. -----
Afirmou querer ultrapassar os problemas e a crise, sem mexer no Quadro de Pessoal. Como Executivo também “não querem ser os causadores de dificuldades das Entidades externas fornecedoras da CMV”.-----
Explicou que após análise da Conta de Gerência verificou-se que existe um problema de curto prazo, e a necessidade de consolidação da dívida de curto prazo; um problema conjuntural cuja solução assumiram, decidindo dar o primeiro passo para o resolver. -----
Contudo têm a noção do longo caminho a percorrer das dificuldades que vão ter, quer os constrangimentos ao nível de despesa corrente, quer na diminuição das despesas de investimento. -----
Disse ainda que o Poder Central vai diminuir em 100 milhões as transferências para as Autarquias. *Valongo* vai ter uma redução de 409 mil euros, não contando com o IVA que vai pagar a mais, e agravado com a diminuição das participações a nível social, pelo Poder Central. -----
Informou que o Plano de Saneamento Financeiro está a ser feito por uma Entidade externa vai ser analisada pela Câmara e, de seguida, pela Assembleia Municipal. -----
Relativamente à intervenção do Presidente de Junta da Freguesia de Campo, Alfredo Sousa reconhece que as gentes de Campo têm sido uns heróis. Os 300 a 400 camiões que todos os dias atravessam Campo *são um martírio*. Disse esperar que a situação termine em breve e que se possa requalificar a Rua Central da Fervença. -----
De seguida, mostrou-se confiante que a Via Distribuidora e o acesso directo à A41 vão resolver, em muito, este problema, e dar outra dinâmica operacional requerida pela dimensão da Zona Industrial de Campo. -----
Quanto à Rua Alto da Mina vai pedir a ajuda da Junta de Freguesia para fazer o projecto e, se possível, fazer-se a ligação este ano, porque seria importante concretizar esse primeiro braço da Via Distribuidora. -----
Relativamente às alterações de trânsito recebeu o abaixo-assinado, que o

surpreendeu, porque as questões de trânsito são feitas em colaboração com as Juntas de Freguesia, e a informação que lhe foi transmitida foi que tinha sido um pedido da anterior Junta, o que não invalida de falarem pois as alterações a fazer são para melhorar e satisfazer a vida da população. -----

Para terminar disse que sobre o outro abaixo-assinado, em que se solicita um pequeno arranjo, está a ser feito um levantamento e, na primeira oportunidade, vão proceder em conformidade. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** informou que juntamente com a Vereadora Trindade do Vale vão ser recebidos pelo Senhor Director da DREN, e vão levantar a questão das Escolas EB 2.3 do concelho que estão em mau estado. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à *discussão* o **Ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2010-04-19.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar José Manuel Pereira** informou que da acta não consta um substituto do Grupo Municipal Coragem de Mudar Fernando Santos Silva. -----

De seguida disse que na última Assembleia Municipal efectuou uma intervenção, no âmbito de uma contextualização da doutrina seguida pelas políticas do PSD, do Executivo, e do próprio PS como oposição, em que a determinada altura referenciou que o PS no Executivo fazia de muleta e na Assembleia fazia de picareta. -----

Nada o prende às palavras; foi uma metáfora que utilizou mas, não sabe se por alguma contenção de escrita ou economia de espaço, a questão foi retirada da acta. -----

Continuou dizendo que não sabe se foi a pedido, (se foi a pedido não passou por ele), nada lhe prende a retirar o termo muleta e picareta, que aliás face aos tempos de crise até é bom, porque são duas ferramentas que se poupam. -----

Em virtude das expressões não estarem mencionadas na acta, alguma coisa devia, pelo menos, ser referenciada sobre essa ausência. Manifestou o desejo de que o enquadramento seja mencionado na acta. “É que a metáfora significou interpretar, que o PS em sede de Executivo, e nas questões de fundo, coloca-se ao lado do Executivo a servir de muleta e, em sede de Assembleia Municipal em temas com desalinhamentos diferentes, faz o papel de picareta”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** solicitou aos Deputados, como já anteriormente o tem feito, que quando entenderem que numa acta algum assunto não foi minimamente abordado o informem antecipadamente a fim de se verificar nas gravações. -----

Disse de seguida que a acta é uma súmula do que se passa na reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário António Joaquim Queijo Barbosa** informou que de acordo com o Regimento a acta é um resumo dos assuntos essenciais discutidos nas reuniões. -----

Disse de seguida que a Mesa tem que fazer uma triagem séria, e não actua a pedido. Tenta-se pôr o que é essencial, e neste caso entendeu a Mesa que era uma expressão metafórica, perfeitamente descontextualizada, sem qualquer rigor no fundamento e foi eliminada por isso. E acentuou: “não houve pedidos de ninguém, foi um critério utilizado”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** informou o Deputado José Manuel Pereira que na presente acta iria constar a menção em causa “da muleta e da picareta”. -----

De seguida colocou à *votação* o **Ponto 1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2010-04-19**, sendo aprovado por maioria com vinte e sete votos a favor e *cinco abstenções* em virtude dos Membros não terem estado presentes na referida reunião. -----

Colocou de seguida à *discussão* o **Ponto 2.1. Constituição do Conselho Municipal de Educação – Mandato Autárquico 2009/2013**. -----

O Senhor **Vice-Presidente João Paulo Rodrigues Baltazar** informou que relativamente à Proposta, o nome de um dos representantes da Associação de Pais não estava correcto. -----

Assim, se a Assembleia estiver de acordo propunham a alteração, a Assembleia votava com o nome correcto e, na próxima reunião de Câmara seria feita a devida ratificação de modo à conclusão formal do processo. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à consideração da Assembleia a **Proposta** feita pela Câmara Municipal e, nenhum dos Deputados presentes se opôs à proposta. -----

De seguida colocou à *votação* o **Ponto 2.1. Constituição do Conselho Municipal de Educação – Mandato Autárquico 2009/2013** com a alteração proposta pela Câmara Municipal, *do Senhor Paulo Loureiro pelo Senhor José Manuel Pereira*. Não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à *votação* e *aprovado por unanimidade*. -----

Seguidamente pelo Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** foi colocado à *discussão* o **Ponto 2.2. 1ª Revisão do Orçamento e 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este assunto foi colocado à *votação* e *aprovado por maioria* com a seguinte *votação*: -----

Votos a Favor: 14 votos, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstenções: 18 votos, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar e 1 voto do Grupo Municipal do BE. --

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à *apreciação* o **Ponto 3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto. -----

De seguida, procedeu à continuação do Período Antes da Ordem do Dia, colocando à votação a admissão dos seguintes documentos: -----

- **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do BE anexa à presente acta como **Doc.9**, admitida por unanimidade. -----

- **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como **Doc.7**, admitida por unanimidade. -----

- **Recomendação** apresentada pelo grupo Municipal do PS anexa à presente acta como **Doc.4**, admitida por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o **Voto de Pesar** anexo à presente acta como **Doc.8**. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** informou que relativamente ao Voto de Pesar ia votar favoravelmente, mas porque é uma questão de consciência individual, da parte dos Membros do Grupo Municipal do PSD, cada um vai votar da forma que achar mais consentânea com a sua maneira de pensar. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação o **Voto de Pesar** anexo à presente acta como **Doc.8**, sendo aprovado por maioria, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 29 votos, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 3 votos dos Deputados de Grupo Municipal do PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Elsa Maria Torres Carneiro e Valdemar da Costa Machado. -----

De seguida colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do BE anexa à presente acta como **Doc.9**. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que o Grupo Municipal do PS estaria disponível para viabilizar a Moção desde que ela tenha uma alteração no *ponto um*. -----

Informou que o PS teve a oportunidade de visitar a Escola EB 2.3 de Valongo, onde reuniram com a Direcção e Associação de Pais. -----

Assim, o ponto um não lhe parece muito adequado, porque para além do que está nos considerando tem um índice de sobrelotação, mas que já existe desde a Carta Educativa, a situação agravou-se porque, entretanto, na cidade a população aumentou muito. -----

Tem conhecimento que a Escola está numa "Short List" de 15 escolas com intervenção absolutamente prioritária, facto já confirmado pela própria Escola. Disse de seguida que a situação se deve ao problema das questões financeiras. Houve um corte, uma redução, e algumas obras previstas não avançaram, o que não significa que não seja prioridade. -----

Informou de seguida que teve oportunidade de enviar uma carta à Ministra da Educação, onde referiu que numa terra que tanta lousa e ardósia forneceu a

professores e alunos, durante centenas de anos, para aprenderem a ler e a escrever, agora estejam os seus descendentes numa Escola que não tem as melhores condições, tendo em conta até o investimento brutal que está a ser feito nas infra-estruturas educativas. -----

Disse de seguida que apesar das dificuldades a Escola está bem classificada, e é um caso único, pois tem autorizada uma disciplina de Artes da Ardósia. -----

Considera que a Moção tem todas as condições para ser aprovada, por unanimidade, mas o PS fazia uma Proposta ao Grupo Municipal do BE no sentido do *ponto um* ser reescrito da seguinte forma: -----

«Apelar à Direcção Geral de Educação do Norte, e ao Ministério de Educação, para que as obras de ampliação, e requalificação, da EB 2.3 avancem o mais rapidamente possível, dada a falta de condições das infra-estruturas existentes, o que põe em causa o regular funcionamento daquela comunidade escolar». -----

Terminou dizendo que se a alteração proposta for aceite o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do BE António Fernando Correia Monteiro** começou por dizer que a intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro justifica o repúdio que a Assembleia Municipal deve ter para com a actuação da DREN e do Ministério da Educação. -----

Referenciou de seguida o quarto parágrafo que diz: -----

«Acontece que o problema se prolonga. Um projecto de remodelação e ampliação da escola chegou a ser publicado em Diário da República e a própria DREN tinha assumido o compromisso de que as obras arrancariam até ao final de 2009. Até agora nada aconteceu e a DREN já comunicou à escola que afinal, o projecto publicado em Diário da República já não serve, pelo que não vai avançar». -----

Portanto, só pode merecer o repúdio da Assembleia Municipal, e se a situação se reporta ao tempo da Carta Educativa, ficam a saber o tempo de atraso. "Estas informações foram dadas pelo Conselho Directivo da Escola". --

Informou de seguida que o BE esteve na Escola, porque a Associação de Pais escreveu para a Comissão de Educação da Assembleia da República, e foi ao conhecimento do BE, que pediu em requerimento e em termos de esclarecimento, sobre a situação da Escola. A partir daí o BE Local avançou com o processo de visitar a Escola EB 2.3 de Valongo. -----

Aproveitou e disse à Deputada do Grupo Municipal Coragem de Mudar Vera Lopes que se, antecipadamente, tivessem conhecimento da situação que existe na Escola de São Lourenço - Ermesinde não tinham problemas nenhuns em fazer uma Moção conjunta. -----

Quanto ao bom trabalho que o corpo docente da Escola tem feito, mesmo com más condições, provavelmente se deixassem que as coisas não funcionassem tão bem, o problema da Escola já teria sido resolvido. -----

Disse de seguida que o que consta na Moção é a realidade, não existem

invenções, basta pedir uma visita à Escola. Para conhecimento de todos informou que a própria saída de emergência está ocupada com o Gabinete de Apoio ao Aluno, o que é grave. -----

Trata-se de uma Escola onde não há um laboratório. Para as crianças que saíam do Primeiro Ciclo, onde têm melhores condições, chegam ali e há uma quebra de condições mínimas. -----

Quanto à questão de ser a única escola que poderá ter uma disciplina nas Artes da Ardósia deve contribuir, ainda mais, para ser uma razão de peso para que se continue a repudiar a actuação da DREN. -----

Relativamente ao corte de verbas que foi feito à Escola, foi dito que “já não havia nada a fazer, que estava numa lista de prioridades, em segundo ou terceiro lugar, e não sofreu qualquer intervenção”. -----

Terminou dizendo que o Grupo Municipal do BE mantém a Moção exactamente como está. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal Coragem de Mudar Vera Borges Lopes** disse que na sua opinião todas as escolas do Concelho deveriam ser referidas, pois o mesmo se passa com outras escolas. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Membro do Grupo Municipal do PSD, Luís Miguel Mendes Ramalho** disse que a Moção com a redacção proposta pelo Grupo Municipal do BE não o choca. ---

Disse de seguida que foi graças ao arrastar da situação por parte da DREN e do Ministério de Educação que as escolas, não só a EB 2.3 de Valongo, como a EB 2.3 de São Lourenço, estão num estado de degradação. -----

No caso da EB 2.3 de São Lourenço, estamos a falar de uma Escola com um universo de 1.052 alunos, com uma faixa etária que vai dos 10 aos 18/19 anos, estamos a falar de uma convivência que não é a mais correcta e, muito menos a mais pedagógica. -----

Na sua opinião deveria ser feito um levantamento dos problemas existentes em todas as escolas, pois acredita que as EB 2.3 vão passar para a administração das Autarquias, e o poder negocial destas vai ser cada vez menor, estando seriamente a correr o risco de herdarmos um conjunto de trastes velhos, que só vão dar dores de cabeça e despesas acrescidas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à votação a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do BE anexa à presente acta como **Doc.9**, sendo aprovada por maioria, verificando-se a seguinte votação: -----

Votos a favor: 21 votos a favor, sendo: 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 6 votos do Grupo Municipal Coragem de Mudar, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----

Abstencões: 11 votos do Grupo Municipal do PS. -----

De seguida colocou à discussão a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como **Doc.7.** -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal da CDU Adriano Soares Ribeiro** começou por dizer que relativamente à Ponte dos Arcos conhece o problema, dentro dos possíveis e ao pormenor e já do tempo em que era utilizada para regadios. -----

Informou que a ponte se está a degradar constituindo um perigo para as pessoas que a atravessam apesar das ameaças de ruína. Lembrou que as medidas para chamar à atenção são ineficazes porque há pessoas que chegam lá desviam os avisos e passam. -----

Considera que a ponte é uma jóia e, se fosse bem tratada seria o orgulho de qualquer terra, mas o abandono que tem tido mete dó, havendo sinais de poder desabar de um momento para o outro. -----

Disse de seguida que apesar do esforço que tem sido feito, inclusivamente já se deslocou aos Serviços de Registos Históricos da Câmara, e apesar da boa vontade dos Técnicos ninguém consegue definir a data da ponte. -----

Terminou dizendo que se deve fazer qualquer coisa no sentido de evitar o seu desabamento, bem como tratar de toda a documentação histórica a fim de a classificar devidamente. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Campo, Membro do Grupo Municipal do PS, Alfredo Costa Sousa** disse que irá votar favoravelmente a Moção, pois a ponte é uma peça de Património lindíssima. - Informou de seguida que em reunião com o Vereador Arnaldo Soares e com a Eng.^a Paula Marques, estiveram junto à ponte e julga que a Câmara tem um projecto para a ponte, e para o espaço que está disponível, pertença da Junta de Freguesia de Campo. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à *votação* a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como **Doc.7** sendo aprovada por unanimidade. – De seguida colocou à *discussão* a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como **Doc.4**. -----

A Senhora **Deputada do Grupo Municipal do PSD Rosa Maria Sousa Martins Rocha** disse que, no sentido de que o voto do Grupo Municipal do PSD possa ser positivo propunha uma alteração à Recomendação, aliás já aceite pelo Grupo Municipal do PS. -----

Disse de seguida que o número de postos de trabalho não é possível determinar exactamente uma vez que só com a implementação das empresas é que se saberá qual é o número de postos de trabalho a criar. -----

Propõe ainda, eliminar a parte final do número dois a partir de: «*ainda que por omissão, salvaguardando-se assim a transparência e legalidade dos procedimentos*», pois a frase tem subjacente uma presunção de falta de transparência e falta de legalidade de procedimentos da Autarquia, que devem ser salvaguardados, porque a Autarquia como pessoa de bem que é pauta a sua actuação pela transparência e pela legalidade dos procedimentos. -----

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal Coragem de Mudar João**

Loureiro de Castro Neves disse que a proposta levanta muitas questões e é extremamente vaga. O que se propõe permite imensas coisas. -----
O que é proposto faz-lhe lembrar uma prática que conheceu em várias Autarquias, ao nível dos Planos de Pormenor, Planos de Urbanização e ao nível dos PDM. Exº: “as Câmaras dizerem a um promotor interessado numa zona para fazer o Plano de Pormenor, que depois aprovavam”. -----

Disse de seguida que não vê onde a proposta é exequível. Supondo que existe uma zona grande, que pode ser uma zona industrial ou uma zona de construção de um certo tipo, a proposta, aparentemente, aponta em dois sentidos contraditórios: -----

Um, a dizer – se você está interessado então venha cá e vamos fazer um contrato. E questiona: mas um contrato sobre quê? O contrato é que vai fixar a zona do PDM em que vai funcionar ou é a Câmara que fixa a zona, e depois permite construir segundo regras? -----

Na situação inversa, alguém está interessado em construir numa zona industrial e manifesta à Câmara tal interesse. A Câmara diz: vamos fazer um contrato de investimento e põe uma série de limitações. -----

Terminou dizendo que não vê como a proposta é exequível, considerando-a muito vaga, sendo extremamente perigoso votar favoravelmente o proposto. -

O Senhor **Deputado do Grupo Municipal do PS José Manuel Pereira Ribeiro** disse que para clarificar iria fazer a leitura do último considerando: ---

«Considerando a necessidade de garantir que o processo de revisão deste instrumento fundamental para o futuro do Concelho de Valongo termine o mais rapidamente possível, e não fique vulnerável a processos pontuais de alteração do mesmo, que podem hipotecar todo o trabalho desenvolvido pela equipa de revisão do PDM». -----

Assim, recordou um conjunto vasto de posições dos últimos, quatro anos, pelo menos, na Câmara Municipal, com os representantes do PS sobre a importância de não terem processos pontuais de alteração do PDM. De seguida fez a leitura dos seguintes pontos: -----

«1 -A Câmara Municipal deve exigir previamente a todos os potenciais interessados em alterações do Plano Director Municipal, designadamente por motivos de criação de novas zonas industriais ou empresariais, e à semelhança daquilo que deve ser prática normal do Estado nas relações com particulares, proporcionar a celebração de um contrato de investimento, através do qual se possa, à partida, identificar e fixar os promotores, os investidores, o número previsível de postos de trabalho a serem criados por cada empresa e os prazos de investimento. -----

2 – A Câmara Municipal de Valongo deverá acautelar que a celebração de qualquer contrato desta natureza, pelos impactos que possui no território, garante a efectiva realização do investimento e assegura a distribuição das mais-valias geráveis, em benefício da Câmara Municipal de Valongo e das Juntas de Freguesia envolvidas, como legalmente previsto, evitando a retenção dos solos para especulação imobiliária, á qual a autarquia poderá

nunca estar associada». -----
Disse de seguida que a redacção é cristalina, segue o que são as boas práticas dos contratos do Estado com privados, quer seja o Estado Central, ou o Estado Local. -----
Continuou dizendo que isso é que é a boa prática. O que não é de aceitar é que alguém entregue uma intenção e, não se saiba mais do que isso; pode ser perverso saber-se somente a intenção. -----
Quando alguém pretende desclassificar território há um dos considerandos que refere o PRO em que, segundo as regras de revisão do PDM, se mexerem com um instrumento de gestão do território superior ao âmbito Municipal, o processo não termina na Assembleia Municipal, tem que ir a Conselho de Ministros. -----
O Senhor **Presidente da Assembleia Henrique Jorge Campos Cunha** colocou à *votação* a **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com as alterações propostas pelo Grupo Municipal do PSD e anexas à presente acta como **Doc.4**, que foi aprovada por maioria verificando-se a seguinte votação: -----
Votos a favor: 26 votos a favor, sendo: 11 votos do Grupo Municipal do PS, 10 votos do Grupo Municipal do PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal da CDU e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Rogério Henrique Palhau. -----
Votos contra: 6 votos contra do Grupo Municipal Coragem de Mudar. -----
De seguida colocou à *votação a aprovação em Minuta* dos pontos **2.1 e 2.2** sendo aprovados por unanimidade, dando de seguida por encerrada a sessão. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____